



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 31 de janeiro de 2018

Os auditores examinam a estratégia da UE para o combate à desertificação

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) está a realizar uma auditoria sobre o quadro estratégico da UE destinado ao combate à desertificação — fenómeno que leva a que terras anteriormente férteis se tornem cada vez mais secas e pouco produtivas. A auditoria irá determinar se a resposta ao risco de desertificação na UE está a ser eficaz e eficiente.

A desertificação é definida pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD), como "degradação dos solos em zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas". A desertificação é um resultado, mas também uma causa, das alterações climáticas. Resulta igualmente de práticas de gestão insustentável das terras. A desertificação amplia as alterações climáticas, uma vez que as terras desertificadas perdem a sua capacidade de armazenar carbono e, portanto, é absorvido um menor volume de gases com efeito de estufa.

"A desertificação pode conduzir a uma diminuição da produção alimentar, à infertilidade do solo e à diminuição da resistência natural da terra e da sua capacidade de armazenar carbono", afirmou Phil Wynn Owen, o Membro do TCE responsável pela auditoria. "Por seu lado, esta situação pode causar pobreza, um agravamento dos problemas de saúde devido à poeira arrastada pelo vento e um declínio da biodiversidade. O resultado pode ser a perda de meios de subsistência, que pode provocar a migração das pessoas afetadas."

A erosão dos solos, combinada com a escassez de água e temperaturas mais elevadas que aumentam a evaporação, amplia o risco de desertificação. A situação regista-se com maior gravidade em grande parte de Espanha, no sul de Portugal, no sul de Itália, no sudeste da Grécia, em Chipre e em zonas da Bulgária e da Roménia situadas na orla costeira do Mar Negro. As pesquisas efetuadas indicam que até 44% das terras em Espanha, 33% em Portugal e cerca de 20% na Grécia e em Itália estão expostas a um elevado risco de erosão do solo. Em Chipre, de acordo com o seu programa de ação nacional de combate à desertificação, 57% do território está numa situação crítica no que diz respeito ao risco de desertificação.

O financiamento da UE para projetos de desertificação provém de diversas fontes, como o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, o Programa LIFE e os programas de investigação da UE.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu

@EUAuditors

eca.europa.eu

Até ao momento, treze Estados-Membros da UE declararam-se como afetados pela desertificação à CNUCD. Os auditores visitam cinco deles: Roménia, Chipre, Itália, Espanha e Portugal.

O relatório de auditoria deverá ser publicado até ao final de 2018. Está igualmente prevista para publicação ainda este ano uma auditoria sobre a gestão dos riscos de inundações na UE.

Nota aos diretores das publicações

Os treze Estados-Membros que, até ao momento, declararam à CNUCD estarem afetados pela desertificação são: Bulgária, Croácia, Chipre, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Malta, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Espanha.